RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UnC - 2012 à 2015

A partir da Portaria UnC 039/2012, que instituiu a atual Comissão Própria de Avaliação da UnC, em 04 de abril daquele ano, de acordo com a Resolução UnC CONSUN 043/2010, formalizou-se o grupo de trabalho (GT CPA/UnC 2012) que iniciou seus trabalhos com a missão de realizar a avaliação institucional do terceiro ciclo do Sinaes (2009 – 2012). O GT inicial foi composto por Clarice Gaudêncio, Emílio Evers Neto, Mary Aparecida Pelegrini, Roque Hennemann e Rosana Cristina Kohls. Mais tarde Mary ao assumir a Coordenação Acadêmica em Curitibanos foi substituída por Greissa Leandra de Marco, que já vinha contribuindo desde o início do grupo. De Mafra permaneceu somente o Coordenador, Prof. Emílio, auxiliado nos momentos em que podia pelo Prof. Caio Cesar, que substituiu parcialmente a Profa. Clarice quando esta assumiu a Coordenação Acadêmica em Mafra.

Falava-se da avaliação de cursos como centro do processo avaliativo nas reuniões do GT das CPAs da Acafe, para a qual a coordenação da CPA/UnC retornou e por outro lado a reitoria recomendava esta mesma prática. Assumiu-se a importância da avaliação de cursos e, na primeira reunião geral da CPA, discutiu-se o modelo de avaliação a ser utilizado, uma vez que o CEE/SC estava adaptando a versão única do MEC. Esta passaria a atender toda a diversidade dos cursos superiores presenciais e à distância e valeria a pena estuda-la a fundo. A reunião inicial ocorreu em Curitibanos, com pauta específica voltada à aprovação do Projeto de Avaliação Institucional, com explanação e exercício da sistemática desta modalidade de avaliação com base nos cursos, junto com convidados (professores e coordenadores de cursos locais e alguns de outros campi). O Prof. Dr. Argos Gumbowsky (membro da CPA e avaliador do MEC) deu a partida, com explicações do processo avaliativo, que foi nominado nesta fase de Avaliação Pró-ativa de Cursos. Foram examinados, na sequência, três cursos dentre os programados para receber avaliadores externos no semestre. Utilizou-se atividades bem discutidas e com aprendizado em todos os níveis (documental, verificações *in loco* e testemunhais com professores e alunos convidados). O dia terminou com devolutiva aos professores dos cursos examinados, discutindo o conjunto de aspectos positivos e as fragilidades encontradas. Foram bem demonstradas as implicâncias no novo critério de notas (de 1 a 5) para lacunas documentais e falhas de registros (os itens mais encontrados), bem como cuidados essenciais para estes ajustes e novas atitudes frente às diferentes exigências do novo sistema de avaliação. Deixou-se claro que isto era para atender os legítimos interesses da UnC e de todos os envolvidos no reconhecimento ou renovação de reconhecimento de seus cursos. O desafio é a excelência, não podemos nos conformar com indicadores medíocres, até porque a

ocorrência de notas 2, em avaliações externas ou no Enade inviabilizaria os financiamentos pelo Fies por três anos, além de depor negativamente para os formados nesta condições.

Com base nisto e com os novos membros da CPA cientes do processo e da importância das decisões ali tomadas, aprovou-se o Projeto de Avaliação Institucional da UnC 2012 (publicado no site em Avaliação institucional), assumindo-se a responsabilidade de fazê-lo principalmente a partir do modelo de avaliação de cursos, incluindo questões complementares nas enquetes, para compor o conjunto das dez dimensões previstas no Avalies (MEC-CEE/SC). Isto em decorrência de que o modelo de avaliação de cursos por si só não cobre todas elas, nem tem este direcionamento.

Reviu-se a programação de cursos a ser avaliados e foi sendo gerado (e continuamente melhorado) o material de preparação para servir de guia aos coordenadores de cursos envolvidos e ao próprio pessoal do GT que, voluntariamente, assumiu a função de avaliador contribuinte, replicando as melhores práticas. Passou-se após este primeiro aprendizado à aplicação de um mesmo processo avaliativo. O primeiro curso, integralmente verificado (em todos os locais de ofertas e bem que ainda sem completa checagem documental), foi o de direito, onde aparentemente deveria estar tudo bem. Verificou-se (o coordenador da CPA e O Prof. Jandir Schmidt) que haviam diferenças técnicas importantes no Núcleos de Práticas Jurídicas (sistematização, processamento e guarda da documentação de estágios, e até na ideologia na condução das práticas). Isto acabou por demonstrar que o *Check-list* inicial aplicado acabava de esbarrar na necessidade de reexame e confronto do PPC (em avaliação), com algumas realidades legais e práticas: perfil profissiográfico desejado e sistematização do seu atingimento; integralização das DCNs e das exigências dos conselhos de classe profissionais (em suas regulamentações e especificidades para aceitação dos formados como habilitados). Nesta direção passou-se a registrar os principais problemas encontrados e buscar solução para estas situações, checando-as com todo cuidado em cada nova verificação pró-ativa.

Os principais alertas nas primeiras verificações (em diferentes cursos) foram:

1. PPCs em revisão e sem uniformidade ao modelo que se gerava na reitoria;
2. NDEs incipientes, sem treinamento e com membros ainda sem visão completa da sistemática: a) atas claras, porém sem encaminhamentos e controles de andamento; b) ausência de acatamento das decisões pelo respectivo colegiado (até porque com a existência de alguns membros em comum os membros tinham a falsa sensação de assunto resolvido);
3. Grades concomitantes e conflitantes (encontradas até três vigorando ao mesmo tempo em alguns cursos), com riscos de misturar as disciplinas das grades de forma perniciosa à homologação de histórico de alunos para conclusão e formatura;

4. Situações de migração de uma grade para outra sem consulta aos alunos e nem mesmo acordo formal assinado por todos;
5. Situações de turmas oriundas de desmembramento das grades da licenciatura/bacharelado, ainda convivendo com aulas em comum às duas formações em uma mesma sala e mesmo professor;
6. Coordenadores teimando em que bastava complementar ao final, sem considerar ao menos a diferença de que o estágio, mais longo e com formalidades específicas para as licenciaturas, deve necessariamente ser diferente para os alunos do bacharelado que devem receber outros conteúdos, obrigatórios desta formação e neste período;
7. Exigências da avaliação externa pelo CEE/SC (2011-2), nesta direção, exigindo adaptações e separação definitiva em duas grades independentes (uma de licenciatura e outra de bacharelado), e mais, para a grade anterior, haviam sido determinados acordos e condições para terminar e complementar ao final, pelo tempo necessário, porém os alunos continuaram convivendo (2012) com as mesmas aulas em comum (em educação física) na situação anterior;
8. Como a situação de término da revisão dos PPCs era conflitante (tempo e pessoal técnico para termina-los em apoio aos NDEs dos cursos), necessária revisão urgente e reformulações importantes, o GT da CPA buscou apoio na Reitoria que resolveu investir em verificações e aprofundar a questão de possíveis outras falhas existentes e que deveriam ser recompostas com urgência evitando problemas legais futuros como os já em andamento nestes casos, turmas e alunos. As indicações obtidas das primeiras pró-ativas de cursos haviam mapeado, como acima, alguns aspectos a serem considerados com maior efetividade, como coerência e cumprimento das DCNs e, principalmente, nos registros das atividades. Estes últimos serviriam para esclarecer a ação exercida no devido cumprimento da grade correta de cada curso. As principais evidências físicas para esta comprovação deveriam estar nos registros da secretaria (com problemas localizados na versão do sistema acadêmico em uso) e na homogeneidade de lançamentos (e de critérios para fechamento das médias dos alunos em cada campus); nos registros dos professores, assinados ou não pelos colegiados (homologações) e pelas coordenações, nos Planos de Ensino e nos Diários de Classe, respectivamente. Isto mexeu com os prazos e distendeu as verificações – terminou 2012 sem condições de fechar nem mesmos os modelos dos instrumentos de coleta de dados para as novas consultas (questionários ou entrevistas).

Por outro lado, as iniciativas nestas direções já estavam mapeadas no projeto de Avaliação Institucional 2012, nos indicadores das dimensões existentes no Modelo de

Avaliação de Cursos (então oficializado pelo CEE/SC), e mais as do Avalies (utilizado nas AI anteriores), cruzando perspectivas de análises, com isto o GT da CPA passou a trabalhar em duas frentes:

a. redigir os instrumentos de consultas necessários aos levantamentos de informações com os públicos-alvo similarmente às avaliações anteriores (2006 e 2009). Para isto verificou-se que era importante estabelecer condição de obter resultados numéricos, de 1 a 5, similares aos das avaliações de cursos, para manter comparação, onde requerido. Com isto alterou-se o previsto no projeto, retornando a opção 3, e orientou o exame detalhado e a revisão ou geração dos nove instrumentos de consulta, adaptando-os nesta condição;
b. formar grupos de avaliadores e descrever a situação de cada curso em cada local de oferta, o que levou a esforço de exame detalhado, com a indicação de avaliadores por portaria da Reitoria, para cada campus.

Constatou-se, confirmando as avaliações documentais pró-ativas dos cursos, problemas de registro dos planos de ensino no sistema acadêmico, em que alguns professores não seguiam a "nova" grade e copiavam seus planos anteriores, fugindo assim dos "novos termos" da ementa ora vigente, às vezes nem adaptavam o novo nome da disciplina. Assim não estavam ministrando o que estava previsto no histórico do aluno para poder se formar. Foi constatada ainda situação de regime especial, para repor disciplina, em que havia alunos de duas grades diferentes e com conteúdo único, e pior, fora da ementa ali prevista, comprometendo o histórico escolar de todos os envolvidos e exigindo nova oferta.

O conjunto destas constatações forçava novas verificações para assegurar condições de retorno aos coordenadores (dos pontos a melhorar e se possível recomendações), que aguardavam por sua vez o término da avaliação de seu curso.

Consolidou-se a imagem de que em todos os cursos, alguns mais outros felizmente menos, haviam professores mal acostumados no compor seus planos de ensino, muitos copiavam de planos anteriores e com várias falhas no planejamento: de conteúdos, de critérios de avaliação, de bibliografias (e nenhuma lembrança de atividades interdisciplinares, de iniciação científica ou de extensão), comprometendo como plano as possibilidades de execução no respectivo diário de classe;

Diário de Classe (DC) que apesar de ser o único relatório que cada professor deixa de sua passagem pela disciplina, pelo curso e pela instituição, muito pouco tem apresentado de profissional (até porque não há instrução normativa específica): raras ou nenhuma indicação da metodologia utilizada; somente a palavra avaliação e quando aparece (sem nenhum critério, tipo de avaliação, peso ou indicação do uso efetivo, acordos, recuperações, retomadas, etc.); lacunas de preenchimento de presenças ou até ocorrências de registros de

presenças em recessos e feriados, repetidos no mesmo semestre (5ª. feira da Páscoa e *Corpus Christi*, por exemplo); sem fechar a média final das notas; nada de pesquisa e extensão (mesmo quando PREVISTO – o entendimento era que isto já estava no plano de ensino, em total abandono na descrição do REALIZADO); nenhuma indicação de iniciativas interdisciplinares na imensa maioria dos DCs ou de inovações em particularidades da disciplina ou determinações didático-pedagógicas na matéria em si;

Encontradas situações graves em que, comprovadamente, o professor terminou as aulas em meados de junho e continuou dando presença a todos até o último dia letivo do semestre antes de fechar e imprimir (até para quem nunca veio às aulas), dando condições para aprovação daqueles que tinham algumas faltas a mais;

O número de falhas encontrado nas verificações diretas pela CPA foi muito grande e em todos os cursos, isto tornou problemático o fechamento dos relatórios (de diversos grupos de avaliadores internos) que não concluíram no primeiro semestre de 2013. Como as consultas através de questionários já estavam em andamento, incluídas as questões típicas das verificações pelo modelo de avalição de cursos, desistiu-se em reunião formal da CPA da intenção inicial, do projeto maior para esta avaliação, de incluir na AI 2012 o conjunto das avaliações de cursos, que até set. 2013 não alcançava um terço do almejado formalmente. Os trabalhos ficaram para serem complementados oportunamente.

Constatou-se nas equipes de avaliadores: 1) certo temor, até corporativo, de que tudo fosse relatado, até mesmo aversão pela necessidade de revisar todos os planos de ensino e diários de classe e ali checar e indicar a condição dos diferentes detalhes falhos de cada professor, em cada turma e curso; 2) alegadas dificuldades de acessar os planos de ensino digitais, como registrados no sistema e conferir a grade efetivamente válida e em uso para aquele curso no sistema para uso pelos professores (condição que a maioria dos membros de grupos preferia fosse realizada por técnico-administrativos treinados para este fim – com continuidade a cada semestre, em apoio aos coordenadores de curso); 3) constatação de que o trabalho era maior do que os avaliadores supunham e muitos não tinham tempo para dar sequência voluntariamente (não fora estabelecido pagamento pelo serviço, muito embora a maioria dos membros era pessoal com 20 ou 40 horas, na instituição). Na realidade um número significativo se dizia muito ocupado com seus assuntos rotineiros.

Mesmo assim a atividade de avaliação de cursos se mostrou ótima conscientizadora, vários não conheciam nem mesmo seu próprio PPC, quanto mais analisar de outro curso, porém a rotina e a falta de condições de reunir os membros (alguns de fora do campus) inviabilizou a tarefa, da forma como precisávamos com o uso em todos os curso do modelo do CEE/SC. Obteve-se partes diferentes, algumas importantes, outras incompletas, mas

todos os envolvidos perceberam a importância, a relevância de que isto ocorra de forma sistematizada e permanente.

Várias foram as sugestões de compor um grupo bem treinado e que fosse fazendo isto de forma sistemática, dentro de uma escala ao longo do ano, fechando todos os cursos dentro de cada ciclo. Poderiam até repetir, nos aspectos essenciais encontrados, onde a avaliação estivesse abaixo de padrão. Por certo a atividade constituiu-se em um alerta muito forte e já tem contribuido para a melhoria dos PPCs atuais e mais pessoas leram o PDI, as DCNs e os PPCs dos cursos onde atuam. Serviu de laboratório para vários membros dos NDEs, inclusive para enxergar o como proceder e em que estar atentos, sabendo melhor quais as exigências.

As dificuldades encontradas, a falta de uniformidade no treinamento em cada campus e a dificuldade dos membros do GT da CPA de dar assistência em todos os locais de oferta, foi manifestada, por demonstrações de alguns membros dos grupos constituídos, até de menor apreço pela avaliação institucional assim intencionada, repercutindo diretamente na continuidade das ações. Isto foi manifestado também pela baixa adesão dos segmentos internos consultados para responderem instrumento de coleta de dados através do Google Drive (professores, coordenadores e funcionários). A principal ausência foi de coordenadores de curso, que respondiam como gestores (só 16 responderam dentro do prazo convencionado). Estávamos em setembro e precisou-se partir para o convencimento pessoal, buscando ampliar o número de respondentes – chegou-se com muito esforço à 48 (72%) neste segmento– o principal problema encontrado foi o e-mail da UnC utilizado, uma vez que muito desdenham este e preferem o seu pessoal, não devidamente cadastrado no sistema.

Neste mesmo tempo saiu do prelo o material para a avaliação docente 2013-2 (out. 2013). Observou-se na aplicação o surgimento de incidentes maiores que os habituais com professores nas salas de aula, com algumas recusas ou procrastinações que inviabilizaram a coleta em algumas turmas. Surgiram situações em que nem os coordenadores (de curso e acadêmica) acharam tempo para contribuir, checar o andamento e intervir favoravelmente, até serem alertados em reunião na reitoria sobre o seu papel na avaliação. Havia situação em que se pretendeu deixar exclusivamente na mão do membro do GT da CPA no campus e sem designação (já combinada) de técnicos administrativos para apoio, situação que perdurou por quase um mês, atrasando a avaliação e a possibilidade do retorno em tempo hábil no semestre. Isto prejudicou a devolutiva técnica e a divulgação rápida dos resultados **para assumir as medidas resultantes** desta atividade importantíssima para dar significado ao processo.

Curitibanos foi o campus com menos problemas na condução da avaliação docente, assim como foi o que melhor fechou a avaliação dos cursos, onde (embora não se tenha

feito todas as leituras documentais e comparações) realizou-se eficientemente a aplicação do modelo do CEE/SC as promoveu-se as devolutivas em todos os cursos avaliados (para docentes e discentes, seguindo modelo que lá já se havia praticado na avaliação pró-ativa do curso de Arquitetura, em caso anterior, desta vez com a contribuição de todo o GT da CPA).

Teme-se pela continuidade, uma vez que embora felizes por ter-se conquistado vários indicadores 4 (quatro) no CPC, e muitos 3 (três) ainda. O fato bom, por um lado, de que estes indicadores podem levar a dispensas de avaliações externas, pode tornar ainda mais problemático obter a adesão de coordenadores de curso para manter esta prática, que é salutar e permite estabelecer em quais aspectos cada curso precisa ser mais bem trabalhado.

É óbvio que não dá para deixar de fazer.

Há que se dispor de maneira eficaz: 1) os esforços nesta direção; 2) manter a conscientização; e 3) estabelecer processo de forma agendada, para evitar correrias. Coordenadores de curso têm uma carga burocrática muito grande e alguns sem assessoramento acabam não encontrando tempo para "cuidar dos aspectos da avaliação" e relatar a situação de seus cursos.

Com isto chegou-se em meados de nov. 2013 com as bases de dados formadas para análise, fechadas as avaliações docentes regulares do segundo semestre e trabalhando a preparação do relatório. Ficou clara ainda a menor chance dos próprios membros do GT contribuírem, envolvidos em outras atividades para o fechamento do ano. Além do que, pela primeira vez desde que a CPA iniciou na UnC, não se teve um estatístico com tempo integral para se utilizar, dominando aplicativo mais adequado para a análise descritiva e das correlações que fossem importantes, num banco de dados tão complexo. Além disso ocorreu, que ao facilitar a ampliação de adesões de respondentes, se abriu a condição de não se responder a tudo, e vários não indicaram elementos importantes para enquadramento. Também houve falha no cabeçalho de dois instrumentos (ficamos sem saber de que curso e local era o professor, por exemplo).

Mesmo assim, já no início de novembro todos os questionários estavam tabulados e a montagem em condições de iniciar a revisão. Esbarrou-se ali na ausência de pessoal qualificado para contribuir, sem ter com quem discutir e como fomentar a análise de fechamento ainda em 2013, pela pressão normal ao fim do período letivo, encerrando o ano, e até pela perspectiva que se criou de mudanças de comando na reitoria e nos campi.

Constatou-se no início de 2014, que a CPA cumpriu os termos previstos na Resolução 039/2012 da CPA, quanto a:

a) Responsabilizar-se pelo planejamento e elaboração

b) Deliberar sobre os procedimentos e estratégias da Avaliação Institucional;

c) Conduzir os processos de avaliação interna;

Porém o conjunto de contingenciamentos levou a que só conseguisse fechar e imprimir em Mar. 2014, após o retorno das atividades letivas.

Até a semana de planejamento acadêmico foi mais curta do que precisávamos e a CPA havia solicitado, para melhorar os planos de ensino e os diários de classe. Nem mesmo a solicitação de alteração do texto do topo da página de "conteúdo ministrado", para preenchimento no formal do sistema acadêmico, não foi atendida em tempo pela empresa prestadora e assim permanece até este final de março de 2014.

Encontrou-se problemas no item (c) da Resolução, por falta de entendimento parcial e dificuldades burocráticas de alguns coordenadores, em aceitar as propostas colocadas pela CPA, até mesmo para propiciar o apoio necessário em alguns locais e instâncias da UnC. Até mesmo a falta de sistematização eletrônica, que permitiria que os dados de cada campus tivessem o mesmo padrão e entendimento, forçou retrabalhos na utilização dos materiais recebidos.

A CPA não tem acesso a muitos registros necessários de servidores e o principal entrave é **a falta de hábito (até de cobrar) para que cada responsável emita relatório em cada curso, local e setor**, para poder os gestores e a CPA trabalhar estas percepções de coordenadores e chefias, conferir apenas o necessário, ou realizar meta-verificações oportunas, como as ocorridas em exame de cursos, por exemplo.

Passa-se agora para a necessária etapa do balanço crítico e decisões para fechar e encaminhar os documentos ao CEE/SC. Isto está, contra a determinação e a vontade da CPA, tremendamente atrasado.

Aguardava-se a oportunidade de discutir estes aspectos já num pretenso período de transição das reitorias (em Janeiro), o que mobilizou a permanência da coordenação da CPA em Mafra até dia 07 (quando se contatou o Prof. Alceu e este avisou que não haveria, em princípio, naquela quinzena). Retornou-se no dia 18 (na expectativa de estar no dia 20 em Mafra, para possível vinda da reitora eleita). E o tempo foi passando sem contato.

Com isto, e muito além do desejado, chega-se neste final de março de 2014 sem ter tido a chance de dialogar sobre os resultados como estão, montados e impressos no relatório da Autoavaliação Institucional, com a nova gestão. Buscou-se alguns contatos rápidos com o Pró-reitor de Adm. e Planejamento, trocando impressões sobre o procedimento e a situação, porém sem possibilidade de compor aí nenhum replanejamento para este ano sem definições com a reitora, até para estabelecer como isto se dará.

Aguarda-se 01 de abril para tanto, conforme comunicação recebida.

Importante alertar para o trabalho intenso que os zelosos membros do GT da CPA, sempre em comum acordo com a Reitoria, mais particularmente na figura do Prof. Alceu, desenvolveram neste período.

Agora torna-se imperioso complementar a CPA, até porque alguns membros não reúnem condições: a) alunos que já formaram (recomendável assumir alunos de terceira fase, com perfil adequado); e b) membros da comunidade externa que não tem mais a mesma condição de representatividade ou disponibilidade de tempo para atuarem na CPA – recomendável que assumam pessoas mais estáveis, assim como ocorre nos Conselhos (nada impede que pelo menos um membro externo venha dali).

Balanço Crítico

Recomendável, após exame do relatório como está, ou com ajustes que sejam de comum acordo, preparar material e submetê-lo à apreciação em cada campus, para grupo significativo, composto por coordenadores setoriais, de áreas e de cursos, professores, técnicos administrativos e representantes de turmas de alunos de diferentes cursos. Nada impede de trazer representantes, onde possível, de diferentes segmentos da sociedade organizada, que participaram do levantamento de dados.

Trata-se de expor e ouvir, demonstrando que as recomendações estão casadas com o planejamento (PDI) e onde cabe detalhar as diretrizes (leia-se metas com os respectivos planos de ação), estabelecendo responsabilidades junto à Reitoria e as respectivas Direções e Coordenações superiores, para a execução das melhorias recomendadas e ali definidas.

Esforço especial pode ser feito nesta oportunidade no sentido de atribuir pesos e **destacar as prioridades**, tecnicamente, para dispensar longas discussões. Pode ser usada matriz de decisão de forma ampla, para preenchimento e tabulação no local (acompanhada por membros da reunião) – é um mecanismo simples e eficaz de localizar o que "está pegando" até em cada curso e local de oferta. Cada um dos participantes coloca em sua ordem de preferência ou com pequeno grupo, um conjunto de fichinhas simples (como um baralho) cada uma com um assunto, dentre os mais frágeis ou mais discutidos e indicados entre os já analisados e até mesmo inclusões locais no momento da discussão.

Para formar este "baralhinho", uma vez listados os assuntos, basta reproduzir, recortar, formar os jogos com os assuntos (filtrados em conjunto para algo como 15 a 30) e repassar às pessoas, ou pequenos grupos de pessoas, para que ordenem os papéis conforme os seus critérios (o primeiro encima de cada monte é o principal para aquela pessoa ou grupinho e os demais seguem este sucessivamente), grampeia-se ou usa-se clips para fixar, sem identificação da pessoa ou grupo que fez as escolhas (usar cores se

existirem situações como cursos sendo analisados, para reconhecê-los). Depois é só tabular, o que é rápido e pode ser feito no local ou fora dele.

A matriz em Excel com pesos decrescentes para a primeira indicação até, por exemplo, a sétima indicação (ou mais, se cabível e assim combinado), já multiplica e soma. Os assuntos com valores maiores serão considerados (até por curso e local - dá para fazer inclusive mais de uma consulta, é rápido e todo mundo sentirá que deu seu parecer ou participou dos pequenos grupos de discussão e definição).

Ter-se-á aí o conjunto de indicações filtrado para desdobrar e trabalhar o planejamento.

Encaminhamentos

Para a CPA, na continuação, trata-se de enquadrar os demais preceitos e determinações cabíveis à Resolução que define a sua atuação:

d) Sistematizar e prestar informações relativas ao AVALIES (Avaliação das Instituições de Educação Superior), solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Superior (SINAES), através das determinações do CEE/SC;

e) Constituir subcomissões de avaliação, juntamente com a Reitoria, Direções e Coordenações de campi;

f) Elaborar, analisar e encaminhar relatórios e pareceres às instâncias competentes;

g) Propor estudos, seminários e discussões dos resultados obtidos, em diferentes etapas do processo, visando ao fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional da UnC (e de seus resultados);

h) Coordenar e acompanhar a publicação de notícias, resultados, relatórios e cadernos de divulgação;

i) Organizar (e continuar realizando) o processo de avaliação de cursos, constituindo comissões específicas, empregando o instrumento de avaliação estabelecido pelo CEE/SC;

j) Acompanhar as Comissões Externas de Avaliação nos Processos de Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento de Cursos e da própria Instituição;

k) Propor projetos, programas e ações, visando à solução e o acompanhamento dos problemas gerais ou de cada Campus, área ou Curso identificados pelo processo avaliativo.

Ousaria complementar, que ouvidos os envolvidos e satisfeitas as condições de liberdade na indicação de prioridades locais, basta sistematizar para execução, tudo o que for apontado na definição destes estudos conjuntos.

Pode-se detalhar os atuais e novos objetivos e metas, e compor um quadro único de ações com fixação de prazos e responsabilidades, tanto horizontal como verticalmente (definindo a quem cada responsável vai responder e a sistemática que deverá utilizar). É fundamental convidar todos a acompanhar e favorecer o atingimento dos melhores resultados, o desafio é parte destas reuniões e exige liderança para condução do processo.

Após a listagem pode ser necessário um prazo de equalização (com os assuntos de todos os campi e a visão da reitoria), depois reapresentação para grupo de representantes se for mais difícil tornar a reunir ou mesmo a publicação do planejado, listando por curto, médio e longo prazo, uma vez que o confronto permanente com o orçamento deverá ser considerado.

Ter-se-á validado e provido o exercício de escolhas com o discurso claro dos envolvimentos necessários, da importância dos compromissos, e, também, deixado claro e bem definido os resultados esperados de cada meta, quantitativa e qualitativamente.

Por outro lado, não o fazer e não os esclarecer o suficiente, dificultará a aceitação que os executores dependem para validar os esforços gerais que se farão necessários para promover o envolvimento, o comprometimento que pode nascer destas discussões, ao ter sido dada oportunidade aos posicionamentos destes representantes. Quanto mais se envolverem melhor a qualidade das ideias e a contribuição que virá na sequência. As pessoas precisam se sentir fazendo parte das melhorias, ter voz e vez nesta direção, perceber a importância da sua participação, em toda a UnC.

É preciso que entendam que a avaliação não é para ficar nas gavetas, é para ser validade e aplicada no planejamento das melhorias, que vai servir a todos, com alguns responsáveis, mas como uma obra coletiva.

Há muito para fazer em pouco tempo, não dá para cultivar ânimos refratários simplesmente porque não entenderam aonde se quer chegar e vai servir para quê. Quando se reclama da comunicação interna, diz-se que não funciona, é na realidade manifestado de forma forte o sentimento de que não se discute as razões do que se decide. Discutir antes facilita agir depois e os resultados ficam mais fáceis e, com mais participação esclarecida, a comunicação flui a todos os demais níveis, ampliando as possibilidades de sucesso.

Para facilitar a discussão dos trabalhos, indica-se:

Pauta de assuntos para próxima(s) reunião)ões) da CPA

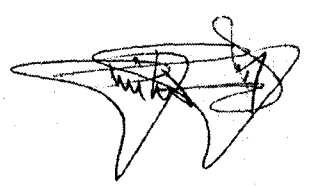
1) Inclusão de novos membros/ formação do novo GT;
2) Definição dos novos colaboradores de apoio aos membros do GT em cada campus;
3) Planejamento de ações para 2014-2015;

a. Preparar e executar a avaliação do 4º ciclo, subsídio para o Recredenciamento da UnC em 2015;
b. Revisão da situação e programação de trabalhos pró-ativos e regulares na avaliação de cursos;
c. Melhorar a Avaliação Docente:
    i. Itens a considerar para revisão e replanejamento do indicador da Avaliação de Desempenho Docente:
        1. Qualidade do material e do processo de aplicação e das devolutivas, melhorias havidas e óbices à formação continuada de docentes prevista na Resolução e intencionada como fundo deste processo, ligado ao PCCS;
        2. Sugestões havidas nas consultas efetuadas e implicações a equacionar;
        3. Resultados 2013-2 - verificação e registro de casos ocorridos das devolutivas (ou sua ausência) aos professores e turmas, para diálogo com a Pró-reitoria de Ensino e a cada Coordenação de Campus;
    ii. Proposta de alteração da Resolução específica e de sua utilização na valorização do **fazer universitário** (ensino, pesquisa e extensão de qualidade):
        1. Novos indicadores e seus pesos no cômputo semestral e geral;
        2. Fórum de discussão e revisão da proposta para encaminhamento à comissão de assuntos acadêmicos;
        3. Redação das alterações e encaminhamento ao CONSUN;
        4. Manualização do novo processo, para cientificação a todos os envolvidos;
    iii. Evento de comunicação, com ampla disseminação da nova Resolução (quando aprovada) seus efeitos e processo de aplicação;
    iv. Condições de apoio para aplicação das novas avaliações e tratamento de casos para formação continuada docente, geral e específica.
    v. Sistematização dos procedimentos e treinamento de operadores locais para: a) filtragem das bases de dados, fechamento de relações e do cadastro semestral de professores a serem avaliados, por disciplina; b) (1) em Mafra – preparação de todo o material para aplicação e respectivo envio aos campi; c) recebimento de material, triagem e preparação para aplicação; d) comunicações e aplicação conforme controle e planejamento conjunto com coordenadores de curso; e) separação e encaminhamento de material preenchido; f) (2) tratamento dos dados e informações, processamento e elaboração dos relatórios, em Mafra, com remessa aos campi ao

Coordenador de Campus; g) impressão da ficha por professor em suas disciplinas; comunicações e facilitação do contato devolutivo (distribuição aos envolvidos – cada professor e turma) através de cada coordenador de curso; h) apoio a providências em caso de reclamações (registro e encaminhamento da documentação à CPA para providências);

4) Novas avaliações a sistematizar:
    i. Avaliação de Desempenho de Funcionários técnico-administrativos (das chefias setoriais aos cargos auxiliares);
    ii. Melhoria da Avaliação de Coordenadores de Curso;
    iii. Cursos de Pós-graduação:
        1. Lato sensu;
        2. Stricto sensu;
    iv. Programas e projetos de Extensão e seus resultados;
    v. Programas e projetos de Pesquisa e seus resultados;
5) Outros que se façam necessários.

Mafra, 26 de março de 2014



Emílio Evers Neto
Coordenador da CPA/UnC